

Martins, Paulo Henrique. **Antiglobalização e Antiestatismo na perspectiva do pós-Desenvolvimento e do antiutilitarismo.** *En publicacion: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global.* Cimadamore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jorge. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 978-987-1183-59-3

Disponibile en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/crop/pobreza/03martins.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

PAULO HENRIQUE MARTINS*

ANTIGLOBALIZAÇÃO E ANTIESTATISMO**

NA PERSPECTIVA DO PÓS-DESENVOLVIMENTO
E DO ANTIUTILITARISMO

INTRODUÇÃO

No meu entender, a revalorização recente do papel regulatório do Estado na política, em geral, e na gestão das questões sociais, em particular – como, por exemplo, na luta contra a fome –, constitui uma boa oportunidade para explorar novas compreensões da dinâmica do poder das sociedades nacionais no contexto da globalização¹. Por conseguinte, as ciências sociais estão sendo convidadas a fazer uma

* O autor é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

** Gostaria de registrar meu agradecimento a José Remon Tavares da Silva, aluno do Curso de Ciências Sociais da UFPE e meu bolsista de Iniciação Científica (CNPq), no período 2003-2005. Foi ele que realizou a tradução do texto em inglês para o português.

1 Neste capítulo, tomo como referência para reflexão o texto *Antiglobalização e antiestatismo: Desafios emergentes ao papel do Estado na redução da pobreza*, escrito pelos sociólogos Einar Braathen e Hartley Dean com o objetivo explícito de subsidiar as atividades do seminário sobre “O papel do Estado no enfrentamento da pobreza”, realizado em Recife, em março de 2003 sob os auspícios do CLACSO, do CROP e da Fundação Joaquim Nabuco. Elementos do referido texto foram incorporados à Introdução deste livro. Considerei oportuno escrever a respeito de algumas questões que não foram desenvolvidas suficientemente no texto original de Braathen e Dean. Particularmente, penso que o texto dos citados autores foi omissivo com relação à contribuição dos intelectuais de língua francesa que me parece muito rica para o debate sobre globalização, no momento presente.

revisão teórica que dê conta, de forma adequada, de novas estruturas de poder, como aquele da economia financeira mundial, e de seus impactos na desregulamentação dos sistemas sociais nacionais e locais. Nessa mesma direção, as novas estruturas de dominação têm relação estreita com os dilemas morais e políticos que cercam o trabalho dos cientistas sociais hoje.

A crítica teórica necessita contribuir para o entendimento de um fenômeno crucial da atualidade: a repercussão negativa do capitalismo contemporâneo nas estruturas sociais nacionais e locais. Isso tem se refletido de diversas maneiras, entre as quais podemos lembrar: o crescimento das desigualdades sociais e econômicas entre indivíduos e sociedades; o desequilíbrio ambiental crescente que surge do uso irracional dos recursos naturais, visando garantir apenas a crença já esgotada do desenvolvimento econômico progressivo; o surto de doenças endêmicas e pandêmicas e os limites institucionais visíveis com que se tem deparado o poder nacional quando tenta lidar com as crises sistêmicas de origens transnacionais.

A discussão crítica sobre os fundamentos e desdobramentos do novo poder global precisa ser aprofundada, tanto a partir dos campos intelectuais centrais como daqueles dos sistemas periféricos, especialmente quando observamos que a lógica da globalização econômica não tem criado mecanismos regulatórios de compensação das estruturas de poder nacionais enfraquecidas, particularmente, do Estado-nação. As tentativas de substituir a regulamentação do Estado pela lógica de mercado se revelam problemáticas. Por outro lado, a perspectiva de dominação de uma lógica comunitária local avessa aos interesses mercantis, conforme proposto pelos comunitaristas, no século XX, provou ser sociologicamente inconsistente. Tal constatação leva, necessariamente, à revalorização da política como recurso primeiro de uma nova regulamentação do corpo social, e estimula, inevitavelmente, a reabertura do debate intelectual em torno de uma agenda na qual possamos registrar alguns pontos decisivos, como aqueles relativos aos fundamentos da governabilidade, do valor atual de uma burocracia racional e legal, entre outros – tanto no que diz respeito às sociedades nacionais quanto para os blocos continentais.

Minha intenção é contribuir para o debate sintetizado pelo tema central do livro – o Estado e a Pobreza –, a partir da perspectiva das idéias do pós-desenvolvimento e do antiutilitarismo, pela qual se pode enfatizar o interesse teórico de uma crítica radical à globalização no modo como é apresentada, isto é, pela sua dimensão econômico-financeira. Tal crítica apenas pode ser feita se abirmos a idéia de globalização para enfatizar certos aspectos extra-econômicos de natureza política, cultural e moral. Existem alguns elementos teóricos esclarecedores que merecem ser registrados a este respeito. Um deles tem a ver com o fato de que essa crítica radical deve levar à decodificação de certa ideologia universalista, através da qual o processo

complexo da planetarização da vida humana é tido como subsidiário da expansão da lógica econômica e mercadológica. Chamaremos esse trabalho de decodificação do discurso globalizador hegemônico de “desconstrução”. Ou seja, trata-se de explorar a possibilidade metodológica desconstrucionista do filósofo francês Jacques Derrida (1967), para demonstrar que existem possibilidades plurais de recodificar o movimento da planetarização, de acentuar a “*différence*”, para se criticar a ideologia neoliberal da uniformização planetária.

A decodificação da gramática da globalização me parece constituir um empreendimento teórico central para o entendimento de que a globalização não constitui um fato histórico indiferente às diferenças nacionais, mas que está intimamente relacionado com o antigo projeto colonialista e desenvolvimentista que teve seu auge entre os séculos XIX e XX. A proposta de “desconstruir a globalização” deve ser levada a sério, porque isso nos permite revelar a existência de outras leituras do tema. Nessa perspectiva de análise, podemos, desde logo, apontar que há um efetivo envelhecimento das idéias colonialistas e desenvolvimentistas com as quais muito se pensou as sociedades nacionais no Terceiro Mundo, e as tentativas de reeditar esses antigos modelos que terminam provocando mais desordem no sistema global.

Apesar do envelhecimento dessas idéias e da importância de criticá-las, devemos reconhecer que os temas do Estado e da sociedade civil continuam sendo muito relevantes para se repensar novos modelos de organização social, nada indicando que as fronteiras nacionais tenham perdido importância geopolítica. Por outro lado, a radicalização de sentimentos críticos antimerkantistas, em nível planetário, sugere a necessidade de aprofundar o debate sobre as reformas políticas e sociais em diversos níveis da vida social. Tal desafio de revisão da lógica da modernização não pode ser adiado, especialmente em países do capitalismo periférico, que têm sofrido enormemente os impactos das políticas estatais de desregulamentação e de privatização surgidas com o avanço do neoliberalismo, e que ainda não conseguiram superar o velho marco teórico desenvolvimentista.

A tentativa de sistematizar uma teorização crítica da globalização econômica tem sido feita com muita convicção entre intelectuais franceses. Entre estes, é interessante lembrar aqueles que fazem parte de uma associação denominada *Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS)*². Essa associação, com mais de 20 anos de

2 O termo MAUSS possui, na verdade, dois sentidos. Por um lado, significa Movimento Antiutilitarista, nas Ciências Sociais; por outro lado, contém uma homenagem a Marcel Mauss, um dos fundadores da Sociologia francesa que é tido como uma das referências à crítica do utilitarismo econômico, já nos anos vinte do século XX. Tal crítica está presente na sua obra mais célebre, *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas* (Essay sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques).

existência, vem desenvolvendo uma crítica sistemática ao liberalismo e, em particular, ao simplismo teórico da tese neoliberal de que a complexidade da ação social possa ser explicada basicamente pelo jogo econômico e pelo cálculo utilitário.

Dentro do *MAUSS*, há um grupo que nos interessa mais de perto para a análise que pretendemos fazer neste capítulo, na medida em que propomos repensar a globalização a partir de uma crítica direta à ideologia desenvolvimentista. Com o propósito de sistematizar essa crítica, os membros do referido grupo assinaram um “Manifesto a favor do Pós-Desenvolvimento” que encerra certos aspectos do pensamento comum desses intelectuais. Na perspectiva dos seus signatários, o fenômeno da globalização está organicamente associado àquele do desenvolvimento capitalista. E para eles, essa lógica de modernização de base utilitarista não oferece alternativa para as sociedades modernas, devendo o trabalho intelectual voltar-se para uma crítica radical das idéias modernizadoras em voga. Esse debate me parece importante por reanimar a antiga disputa entre “reformistas” e “revolucionários”, que ocupou um lugar importante no imaginário da esquerda nos últimos dois séculos.

A leitura crítica da globalização feita pelos assinantes do *Manifesto da Rede Européia Pós-Desenvolvimento* está fundamentada numa hipótese estruturadora: a suposta relação orgânica entre o fenômeno do desenvolvimento, de um lado, e aquele do projeto colonizador (e pós-colonizador), de outro. Sob certos aspectos, essa leitura se aproxima das teses de alguns intelectuais latino-americanos, críticos reconhecidos da globalização, como Atilio Boron, particularmente quando ele questiona a importância do livro *Império*, escrito por Michael Hardt e Antonio Negri (2000). Nessa crítica, Boron (2002) sustenta que “a globalização consolidou a dominação capitalista e aprofundou a submissão do capitalismo periférico, cada vez mais incapaz de exercer um controle mínimo sobre os processos de sua economia doméstica” (Boron, 2002: 13-14).

Mas a aproximação entre autores latino-americanos, como Boron, e os teóricos europeus da “antiglobalização”, acima lembrados, termina aí, pois seus pontos de vista divergem quando se trata de analisar o papel que cada lado atribui ao Estado-nação na regulamentação das mudanças sociais. Os latino-americanos tendem a continuar valorizando a regulamentação estatal como mecanismo essencial da modernização nacional e regional, inspirando-se largamente nas teses dos que defendem o modelo do Estado de Bem-Estar. Os defensores do “pós-desenvolvimento” acreditam, ao contrário, que os novos sistemas regulatórios, baseados numa certa mobilização política espontânea das forças sociais antiutilitaristas, presentes na sociedade civil, poderiam dispensar a ação estatal.

Todavia, essa proposição permanece largamente ambígua do ponto de vista teórico e em termos das implicações práticas. Tentarei, adiante,

demonstrar que, apesar da crítica antiglobalização do grupo conhecido como “Cercle François Partant”³, que assina o dito Manifesto, existem argumentos interessantes. Tal crítica conhece limites claros do ponto de vista de suas conseqüências práticas e políticas. Começarei a discussão apresentando a tese central do pós-desenvolvimento e seu grande mérito, a crítica da narrativa do “desenvolvimento colonial”, isto é, a associação entre desenvolvimento econômico e colonização, sendo essa associação uma das expressões do fenômeno da globalização.

Dando continuidade, apontarei os limites dessa tese para que possamos abrir uma discussão sobre o lugar que a regulamentação política continua tendo no contexto atual. Às minhas próprias reflexões sobre a globalização⁴, acrescentarei as de dois intelectuais franceses antiutilitaristas, Alain Caillé e Almet Insel, também do MAUSS, mas que têm uma visão crítica diferente daquela sustentada pelos defensores do “Manifesto do pós-desenvolvimento”. Encerrarei, retomando a questão de identificar quais das idéias antiutilitaristas apresentadas contribuem efetivamente para que aprofundemos o entendimento dos desafios propostos por este livro, a saber, a nova dinâmica do Estado no enfrentamento da pobreza.

AS TESES A FAVOR DO PÓS-DESENVOLVIMENTO

A idéia de *pós-desenvolvimento* sugerida pelos assinantes do *Manifesto de uma Rede Européia para o Pós-Desenvolvimento* – que pretende ser a base para uma crítica antiutilitarista radical – oferece, do meu ponto de vista, uma contribuição importante para o debate sobre o papel do Estado na luta contra a pobreza. Qual é essa contribuição? É possível vê-la em dois níveis, que usarei como esquema básico.

Num primeiro nível, os autores propõem que a experiência da globalização é, em geral, um desdobramento da experiência do *desenvolvimento* que, por sua vez, representaria uma nova forma do projeto de colonização (a passagem do colonialismo para o pós-colonialismo, segundo essa concepção, tem como ponto de inflexão a transformação progressiva do poder colonial em poder com base na nação). Segundo esse ponto de vista – de que a noção de desenvolvimento continua, na contemporaneidade, a ser um ponto de inflexão entre colonialismo e

3 Círculo de Estudo François Partant.

4 Em julho de 2000, num seminário internacional sobre globalização – *Cosmopolis: Democratizing Global Economy and Culture International Conference* – organizado pela Universidade de Helsinque, apresentei um texto denominado “Imagens ambivalentes da globalização” (*Ambivalent Imagery of Globalisation*), o qual foi posteriormente publicado pela Revista de Estudos de Sociologia da UFPE (ver bibliografia). Nesse texto, busquei explorar a noção de ambivalência, no modo como foi desenvolvido por Z. Bauman, para pensar a globalização como paradoxo, evitando julgamento de valor sobre o tema.

globalização –, seria necessário proceder a uma desconstrução⁵ radical do pensamento econômico hegemônico e de suas metáforas centrais, tais como progresso, crescimento, pobreza estrutural, necessidades econômicas, entre outras. Tal desconstrução é vista como uma abertura importante para o surgimento tanto de um pensamento crítico antiutilitarista que se oporia à submissão da vida social à lógica do lucro e do cálculo de equivalência, como de uma nova ecologia social e política (antiestatista e antiglobalização), nos âmbitos planetário, nacional e local. O título do seminário organizado pela UNESCO como apoio desse grupo, em fevereiro de 2002, “Desfazer o desenvolvimento – refazer o mundo” reflete o espírito radical dos simpatizantes da crítica do pós-desenvolvimento, a saber: a tentativa de organizar um novo discurso que possa subsidiar um projeto de ruptura radical com o capitalismo.

Em outro nível – ligando diretamente a noção de globalização com a noção de mercantilização do mundo –, a idéia de pós-desenvolvimento propõe não um suspeito e nostálgico retorno para os tempos pré-modernos, em que o mercado não era hegemônico, mas a passagem para um novo contexto, que é apresentado como pós-capitalismo e pós-moderno (Cercle F. Partant, 2002: 92). Na liberação desse novo contexto histórico, o Estado teria um papel secundário, ocupando o lugar central naquelas ações de solidariedade locais não ligadas ao interesse governamental.

Em regra, os assinantes do *Manifesto* posicionam-se radicalmente contra a globalização. Para eles, não existe solução para a situação planetária através dos padrões da modernização capitalista. Como consequência, toda tentativa desenvolvimentista para inovar – tais como desenvolvimento local, e desenvolvimento sustentável, entre outros – revelaria apenas inovações conceituais cujo objetivo seria introduzir “um pouco de sonho na realidade dura do crescimento econômico” (Cercle F. Partant, 2002: 93). Seguindo tal pensamento, deveria ser oferecido um apoio total às “vítimas do desenvolvimento”. Do ponto de vista teórico, este apoio requer, deduz-se, uma estratégia radical de desconstrução do argumento do *desenvolvimento*, para desincorporar os valores do colonizador e descolonizar os espíritos colonizados, abrindo, assim, a possibilidade de um novo mundo caracterizado pelo pluralismo cultural.

Para Serge Latouche, um dos principais propositores do *Manifesto*, a agenda crítica do *pós-desenvolvimento* tem duas fases. Primeiramente, seria necessário “eliminar completamente o domínio da economia em nossas vidas”, o que implicaria abolir práticas, tais como a

5 A idéia de desconstrução é cara a Jacques Derrida (1967) visto que a mesma permite o lugar da diferença (*différence*) na constituição das unidades discursivas possíveis. Essa idéia aparece, particularmente, creio, como um recurso teórico importante para desfazer o mito da modernização, permitindo compreender, pelo processo desconstrucionista, que existem relações estreitas entre desenvolvimento nacional, pós-colonialismo e globalização.

apropriação privada dos meios de produção e a acumulação ilimitada do capital. Semelhantes decisões deveriam provocar a crise dos mitos fundadores do desenvolvimento, tal como a crença no progresso, levando, também, a economia a entrar em um processo de desaceleração e decadência, que poderia, por sua vez, libertar outras forças sociais pós-modernas. Por outro lado, a idéia de construir uma sociedade mais justa “capaz de reintroduzir o valor de se viver juntos” e no qual o consumo quantitativo fosse limitado, deveria ser posta em prática. Assim, ele conclui: “redescobrir a verdadeira riqueza na expansão de relações sociais conviviais em um mundo saudável pode se realizar com serenidade na frugalidade e na sobriedade, ou seja, com certa austeridade do consumo material” (Latouche, 2002: 87).

Contudo, mesmo que a idéia de desconstrução da globalização, presente nessa tese radical, seja interessante, há uma questão não respondida que permanece no ar: quem poderia por em prática tal idéia? Que força social suficientemente forte poderia tomar a iniciativa de desconstruir o capitalismo global?

LIMITES DA CRÍTICA DO PÓS-DESENVOLVIMENTO À GLOBALIZAÇÃO

Com relação ao aspecto de saber quem poder fazer o quê, com vistas a romper com o imaginário da globalização, o *Manifesto* é pouco claro. Lembra, de passagem, a necessidade de prestar atenção a iniciativas alternativas como as empresas cooperativas de autogestão, as comunidades neo-rurais e as organizações dos excluídos dos países do Sul. A empresa alternativa, dizem os autores do *Manifesto*, deve sobreviver num meio diferente daquele do mercado mundializado. “E este meio que contém a dissidência, deve ser protegido, nutrido, reforçado e desenvolvido pela resistência. Em vez de se bater desesperadamente para conservar sua parcela no mercado mundial, é preciso militar para alargar e aprofundar uma verdadeira sociedade autônoma à margem da economia dominante” (Cercle F. Partant, 2002: 96).

Por não esclarecerem quais recursos políticos e institucionais devem colocar em ação para efetivar a ruptura, os assinantes do *Manifesto* acabam baseando a eventual implementação de seu projeto alternativo antiglobalização com apelos vagos de mobilização. Fica-se com a impressão de que eles acreditam que uma crítica teórica se basta a si mesma, independentemente das condições históricas e sociológicas da globalização. Nessa perspectiva, é válida a crítica de Atilio Boron ao livro *Império* de Hardt e Negri (2000), denunciando o recurso excessivo desses autores a uma teorização abstrata que desconsidera os processos sociais reais. Essa crítica pode ser estendida igualmente aos ideais dos autores do *Manifesto da Rede Européia para o Pós-Desenvolvimento*, pois esse texto constitui mais uma espécie de denúncia moral do imperialis-

mo do que um documento cujas proposições devam ser levadas a sério. Por exemplo, esses autores não desenvolvem uma linha sequer sobre um tema crucial para a efetivação da proposta, a saber, a da designação da potência política que seria eventualmente capaz de enfrentar o novo poder imperialista global, sobretudo o poder dos Estados- Unidos.

Nesse nível de discussão, penso ser necessário retomar o foco deste capítulo, qual seja, o papel que passa a ter a política face ao poder imperialista. Em outras palavras, é pertinente perguntar quais as possibilidades de fundação de esferas de decisão políticas autônomas (nos níveis planetário, nacional e local), nesse contexto em que as forças da globalização econômica interferem abertamente na capacidade reguladora dos Estados nacionais, enfraquecendo o poder do Estado e a eficácia das políticas públicas. Ou seja, por mais interessante que se apresente, a perspectiva teórica de desconstrução radical do capitalismo global, conforme sugerido pelo *Manifesto* europeu, há, certamente, uma série de outras questões a serem discutidas que obriga submeter a própria idéia de desconstrução à da política e da mobilização social.

É verdade que a crítica à gramática da globalização abre a compreensão para uma pluralidade de conexões e possibilidades, tornando possível ver mais facilmente, por exemplo, o compromisso histórico tradicional do capitalismo global com os projetos de colonização e desenvolvimento nos últimos dois séculos. Ela permite, também, a compreensão de que idéias como as de progresso técnico e de crescimento redistributivista, tidas durante muito tempo como categorias ahistóricas pelos ideólogos do desenvolvimento, são falaciosas.

Porém, tal desconstrução teórica proposta parece-me insuficiente como modelo de ação para revelar as condições políticas gerais necessárias para reverter a direção que toma a globalização no momento presente. O *Manifesto* apresenta a modernização planetária por uma ótica maniqueísta insustentável. Sob essa ótica, teríamos do lado da globalização, o Mal; e do lado do pós-desenvolvimento, o Bem. Tal imagem não está, na realidade, muito longe do dualismo proposto por Bush Junior, que situa o Bem do lado dos Estados Unidos e de seus aliados, e o Mal, do lado de seus inimigos declarados (Irã, Coréia do Norte, Líbia, entre outros) ou de oponentes eventuais (Alemanha e França, no caso do conflito no Iraque).

Num artigo que escrevi, intitulado “Imagens ambivalentes da globalização” (Martins, 2001), procuro desenvolver a tese de que a globalização é essencialmente um fenômeno ambivalente, que se revela por processos construtivos e destrutivos. Proponho que a atual desorganização do imaginário moderno ocorre sob o peso da instabilidade sistemática gerada pelos excessos da economia de mercado nos sistemas de regulação política, cultural e social, produzindo, entre outros efeitos problemáticos, uma cultura de consumo de massa que

reforça o fetiche da mercadoria. Por outro lado, concluo que, por trás dos sinais de uma cultura de massa uniforme, vem emergindo um processo ambivalente de recomposição de antigas referências simbólicas e culturais (nacional, regional e local), as quais se revelam através de experiências autonomizantes tanto do ponto de vista sócio-psíquico como político.

Do meu ponto de vista, essa leitura da globalização como fenômeno ambivalente tem relevância para a crítica teórica por permitir um melhor entendimento sobre o fato de que a realidade social não se submete passivamente às estratégias do poder econômico hegemônico. Na realidade social, existe, potencialmente, a chama sempre viva de uma poderosa resistência prática e teórica. Além do mais, continuo a crer que a saída para o desafio enfrentado pelas sociedades nacionais comprometidas com a idéia de modernização democrática encontra-se justamente na tentativa de criação de uma política antiutilitarista que seria constituída por duas linhas de pensamento: uma delas se identifica com a crítica feita pelos teóricos do pós-desenvolvimento, os quais associam a globalização ao projeto neocolonial; a outra busca resgatar o papel da política e do Estado no questionamento prático dos rumos da atual globalização – essa segunda linha é contestada pelos signatários do *Manifesto*.

Uma crítica antiutilitarista coerente deve ser suficientemente bem embasada em termos de seus usos e conseqüências políticas. Para ser capaz de inibir os efeitos perversos do imaginário utilitarista e econômico. Também deve favorecer novas experiências de associação e solidariedade em vários planos de organização da vida coletiva, especialmente aqueles planos da democracia direta e da democracia representativa, como também aquele das associações espontâneas. Na esfera da vida cotidiana, as trocas econômicas mercantis voltadas para o lucro – que os ideólogos neoliberais buscam vender como sendo os fundamentos da única economia verdadeira, a do “mercado” –, deveriam conviver de igual para igual, sob as mesmas regras de funcionamento, com economias não-mercantis e não-monetárias. Exemplo de tais economias plurais é oferecido pela Economia Pública, formada a partir de um fundo público gerido pelo Estado. Ela tem um formato monetário, pois se constitui a partir dos impostos e taxas públicas, mas não é mercantil por não estar sujeita ao jogo do mercado. Um outro exemplo é o que chamamos de economia doméstica, na qual circula o dinheiro, mas que não visa ao lucro, ou, então, a economia solidária que é baseada em trocas de serviços e ações coletivas solidárias, não mercantis (Laville, 2002).

Essa idéia de pluralidade é também compartilhada por Alain Caillé e Ahme Insel, mas numa perspectiva diferente daquela dos simpatizantes do *Manifesto*. Para esses autores, o principal efeito da globalização foi sabotar os mecanismos de regulamentação e de solidariedade nacionais, abrindo caminho para a perda de visibilidade pública dos

limites, separando ação econômica legal e ação econômica ilegal. Na sua crítica aos efeitos perversos da globalização, Caillé e Insel propõem como hipótese fundamental a separação entre internacionalização e globalização. A internacionalização seria entendida como um fenômeno que preserva a regulamentação do Estado nacional, enquanto a globalização seria vista como um fenômeno que a destrói. Dessa forma, o fenômeno de internacionalização deveria ser visto como positivo, na medida em que desperta entre as pessoas a consciência de ser parte de uma comunidade com um destino planetário que não nega suas identidades históricas. Diferentemente, a globalização ou, na versão francesa, a mundialização⁶, deveria ser interpretada como negativa, porque produziria a desregulamentação dos sistemas culturais e políticos, especialmente aqueles dos Estados nacionais, sem substituí-los por qualquer regulação alternativa eficiente.

Em meu ensaio sobre a ambivalência da globalização, citado acima, também procuro dar ênfase ao tema da regulamentação política do processo global. Proponho que a desregulamentação do sistema do Estado nacional, nas últimas duas décadas, ocorreu como resultado do colapso do equilíbrio precário entre três modelos institucionais de modernidade: o do Mercado, o do Estado, e o da Comunidade-Nação. Do meu ponto de vista, o colapso do conceito de modernidade nacional, especialmente nos espaços periféricos, revela a crescente influência do Mercado na fragmentação da formação da identidade individual e coletiva, em detrimento do papel antes ocupado pelo Estado e pela Comunidade-Nação (Martins, 2001: 111). Contudo, ao fragmentar as antigas referências simbólicas e culturais, a globalização encontra seus limites como processo histórico. Tais limites surgem de inevitáveis reações sociais e políticas antiutilitaristas, as quais vêm abrindo perspectivas inovadoras para a crítica intelectual, permitindo que os movimentos sociais reconheçam a face fetichista da globalização. No próprio movimento de reação, observamos a emergência de oportunidades práticas apropriadas pelos atores periféricos, tal como o Fórum Social Mundial, voltadas contra as novas formas de dominação do poder imperialista no contexto planetário.

Essa proposição crítica encontra eco em autores renomados como, por exemplo, Edgar Morin, que em diferentes trabalhos – mesmo sem fazer referência direta à idéia de ambivalência estrutural – reitera a importância de um duplo olhar sobre a globalização, que revele sua ambivalência. Em ensaio recente, publicado em edição especial da *Revue du MAUSS*, Morin afirma que a globalização operou, na década de

6 Os intelectuais franceses consideram que a palavra *mundialização* é mais apropriada que *globalização*, por permitir evidenciar mais claramente os determinantes históricos e culturais.

noventa, uma mundialização técnico-econômica importante, ao mesmo tempo em que favoreceu uma outra mundialização – certamente inacabada e vulnerável –, mas de caráter humanista e democrático; essa última seria atingida pelas seqüelas do colonialismo, pelas graves desigualdades e pela expansão desenfreada dos lucros (Morin, 2002:43).

Numa perspectiva antiutilitarista, podemos dizer que o avanço da crítica teórica passa pela importância de compreender que a lógica mercantil não apenas possui uma natureza diversa daquela burocrático-legal (própria do Estado) e daquela associativa e civil (própria da sociedade civil), mas que tal diversidade contém uma ambivalência constituinte, que é própria dos sistemas complexos. O que preocupa, portanto, não é a ambivalência, mas os processos fragmentadores e contraditórios que vêm se multiplicando na esteira da expansão da lógica mercantil sobre espaços antes reservados para a regulamentação estatal, ou que deveriam ser próprios da regulamentação cívica e associativa. Quando o mercado se introduz em espaços regulatórios da vida social, tradicionalmente regidos por outras lógicas, como são os casos do Estado e da sociedade civil, a ambivalência aparece como um fenômeno negativo.

No lado contrário, o reconhecimento da ambivalência como uma disposição afirmativa deve pressupor um pensamento complexo que repense a globalização como produto da multiplicidade de lógicas que estão simultaneamente presentes na organização da ação social, tanto no cotidiano (família, vizinhança, etc.), quanto em sistemas formais e funcionais (partidos, companhias, igrejas, universidades, etc.). Entre o conjunto de lógicas ou de padrões tendenciosos de ação humana, devem ser registradas, particularmente no que diz respeito ao tema tratado, as lógicas legal-redistributivistas, que legitimam o Estado; a utilitário-mercantil, que legitima o mercado; e a social-associacionista, que legitima a sociedade civil.

Sob essa perspectiva de análise, a uniformização do mundo pela via da mercantilização pressupõe uma experiência perigosa de disfuncionalização em que o espaço de convivência de lógicas diferentes (cada uma delas com função específica na organização sistêmica da sociedade), é desrespeitado pela excessiva influência de uma das esferas, o Mercado, sobre o conjunto, gerando processos anômicos incontroláveis: desemprego, violência, novas endemias e epidemias etc. Deste ponto de vista, o *Manifesto do Pós-Desenvolvimento* contém um aviso importante sobre o valor histórico da luta intelectual que necessita ser implacavelmente empreendida contra esse processo anômico, o qual chamou atenção de Durkheim, há mais de cem anos, quando escreveu o segundo prefácio *Da divisão do Trabalho Social* (Durkheim, 1999).

Existe uma explicação simples por trás do efeito disfuncional da globalização. É que a introdução generalizada da economia utilitarista

nas esferas da vida social tende a desfazer todos os laços de solidariedade primários, dado que o objetivo do mercado não é gerar o bem-estar, mas apenas o lucro. Emile Durkheim corretamente observou que a vida econômica, quando abandonada a si própria, é geradora de efeitos anômicos que estão na raiz de todos os conflitos e desordens. Por essa razão, propôs que a vida econômica deve ser regulada em favor da solidariedade coletiva (Durkheim, 1999: VI-VII). De fato, o que o fundador da sociologia francesa pretendeu dizer é que o imperativo de ampliação dos ganhos econômicos implica necessariamente a redução no número de empregos e, como conseqüência, desorganização da vida social. De uma perspectiva similar, Robert Castel lembra que a propriedade social surgiu como uma resposta da sociedade moderna à propriedade privada, impondo limites concretos à expansão dos proprietários e reabilitando os não-proprietários (Castel, 2001). Tal solidariedade entre não-proprietários continua na ordem do dia num mundo que valoriza prioritariamente a “propriedade privada” e o indivíduo egoísta em prejuízo da propriedade social.

PERSPECTIVAS DE UMA SOCIEDADE-MUNDO GOVERNADA PELA HIBRIDIZAÇÃO DA POLÍTICA

A partir das questões levantadas neste capítulo, gostaria de lembrar ao leitor a importância de se aprofundar no entendimento dos significados do termo antiglobalização, com vistas a fazer emergir novas cadeias de significação do movimento de planetarização das atividades humanas.

No documento escrito para orientar a realização do Seminário sobre Estado e Pobreza, que ocorreu na cidade de Recife (Brasil), em 2003, Braathen e Dean sugeriram que a discussão intelectual sobre o tema tende a ser organizada em torno de duas principais idéias: da hostilidade ao papel do Estado na redução da pobreza, e do crescimento das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, com a verificação do aumento da exploração e da corrupção das elites estatais no mundo em desenvolvimento (Braathen e Dean, 2003: 1-2). Se tal pensamento oferece alguns elementos importantes para o entendimento das reações correntes, penso que ele poderia ser aperfeiçoado para incluir os novos desafios teóricos e práticos surgidos com os recentes eventos mundiais.

Por exemplo, independentemente das conseqüências práticas para a geopolítica mundial, a guerra contra o Iraque já impôs um contexto de insegurança e medo na imaginação coletiva do século XXI, que merece uma longa reflexão pelas suas repercussões políticas negativas para a ordem planetária. Pode-se, por exemplo, lembrar que a desregulamentação política e institucional promovida pela globalização econômica, recentemente, após o 11 de setembro, não apenas ampliou o fosso entre países ricos e pobres, mas também alargou as diferenças de poder

no próprio bloco dos países ricos. Temos, hoje, um quadro geopolítico complicado. O divisor de águas é dado pelos Estados Unidos que tendem a afirmar uma posição de força unilateral. Assumindo uma postura nitidamente defensiva, os demais países ricos resistem, com dificuldade, às pressões mercantilistas apoiadas pela grande potência hegemônica e voltadas para desregularizar crescentemente as atividades econômicas, sem que tais pressões considerem seriamente os efeitos desestabilizadores dessa regulamentação sobre o trabalho e sobre o emprego. Nesse contexto, a criação de uma gestão da política global que seja alternativa ao poder imperial norte-americano torna-se tarefa muito árdua.

Sob a perspectiva em que estamos aqui trabalhando, podemos propor que a definição de globalização utilizada por Braathen e Dean apresenta algumas limitações que precisam ser discutidas. Ou seja, ao propor que as correntes antiglobalização “seriam céticas, senão hostis quanto ao papel do Estado na redução da pobreza”, esses autores estão apenas salientando um lado do debate teórico. No meu entender, se existem de fato correntes de pensamento que se enquadram nessa perspectiva de uma frente antiglobalização e antiestatista – e a do pós-desenvolvimento pode ser classificada como uma delas –, existem, porém, paralelamente, outras posições teóricas que entendem a necessidade de preservar o papel do Estado, mesmo que tal papel deva ser revisto à luz da globalização. Algumas análises avançam, a meu ver, numa crítica conseqüente à globalização, sem descartar, portanto, a importância de valorizar o imperativo de uma nova regulamentação política para o sistema mundial e para os sistemas nacionais e locais.

Em geral, as teorias defensoras da antiglobalização sustentam uma posição válida: que o monopólio das decisões legítimas, que caracteriza o papel do Estado, caiu por terra vinte anos atrás, e que, atualmente, ninguém é capaz de dizer quem realmente decide o quê. Conseqüentemente, a idéia de sociedade global permanece ilusória, porque o único poder mundial em condições de oferecer alguma administração viável (Estados Unidos), está mais ocupado com seus próprios interesses econômicos e com a questão da segurança militar e estratégica do que com animar a emergência de uma cidadania mundial plural e democrática. Sendo assim, Christian Chavagneux, editor da *Revue d'Economie Politique*, publicada na França, sugere o que me parece ser a questão principal para avançar no debate que ele sintetiza com a seguinte questão: quem detém bastante poder no momento para fixar as regras do jogo político e social da globalização econômica? O autor sugere quatro linhas de respostas: a primeira defende a idéia de que o poder regulatório passou do Estado para a Sociedade Civil e Associações. Contudo, essa resposta – que dá forma ao pensamento pós-desenvolvimentista sustentado pelos simpatizantes do *Manifesto do Pós-Desenvolvimento* –, não é empiricamente verificável em qualquer parte do mundo, especialmente no Terceiro Mundo,

onde a vida social e econômica continua a depender largamente do poder interventor do Estado. Ademais, embora as organizações da Sociedade Civil, tais como as ONGs, tenham ganhado peso efetivo nos anos recentes, elas ainda estão longe de se apresentarem como alternativas potenciais efetivas do Estado.

A segunda resposta contesta a idéia de que os Estados nacionais teriam perdido sua força. Tal argumento parece desconhecer que a lógica neoliberal enfraqueceu a capacidade intervencionista dos Estados, mesmo admitindo que eles continuem sendo, como foi mencionado acima, um dos recursos estratégicos para gerenciar os aspectos sociais da vida.

A terceira resposta sobre quem detém o poder eficaz no novo cenário mundial é mais refinada. Propõe estar acontecendo uma hibridização crescente entre Estado, setor privado e forças paraestatais, germinando, por conseguinte, um novo sistema político mundial.

A quarta alternativa preserva o termo hibridização, mas alarga o campo da análise com vistas a detectar a influência política de uma série de atores estatais e não-estatais (organizações internacionais, companhias multinacionais, ONGs, máfias, pesquisadores, etc.). Dando continuidade, o autor apresenta quatro conclusões provocativas: primeiramente, que a hegemonia dos Estados Unidos é incontestável; em segundo, que estamos observando a emergência de formas privadas de governo; em terceiro lugar, que as zonas de não-governança estão se expandindo; em quarto, o autor reivindica que o estado atual do mundo não é mais o resultado das estratégias deliberadas de grupos localizados (Chavegneux, 2002).

Apesar desta noção de hibridização parecer bastante oportuna, concordamos com Caillé em relação ao fato de que ela deixa outra questão não respondida, que pode ser resumida na questão seguinte: em nome de quem ou de quê os atores virtuosos de uma governança mundial híbrida (instituições internacionais, ONGs e Estados) se sentiriam motivados a tentar desregular a globalização ultraliberal? Essa é uma pergunta sem respostas simples. E mesmo que não lhe tenhamos uma resposta pronta, tendemos a concordar com Caillé (2002: 16), quando afirma que, mais que apontar para a dissolução do político num universo asséptico, devemos nos centrar no trabalho de reconstituição de conjuntos políticos cultural e politicamente significativos de modo a desfazer a distorção crescente entre a escala da economia e aquela da política.

Finalmente, acredito que um desafio similar deve ser estendido aos três níveis da análise propostos por Braathen e por Dean (2003): o supranacional, o nacional e o subnacional. Entretanto, para que esse desafio não permaneça limitado ao plano abstrato, a atenção deve ser dirigida à vida cotidiana e ao campo da sociedade civil associativa, lugares propícios para a criação de novas formas sociais e de novas mobilizações coletivas.

BIBLIOGRAFIA

- Boron, Atilio (2002) *Império & Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri* (Buenos Aires: CLACSO).
- Braathen, Einar e Dean, Hartley (2003) “Antiglobalização e antiestatismo: desafios emergentes ao papel do Estado na redução da pobreza”, documento básico do Seminário Internacional, *O papel do Estado no combate à pobreza*, CLACSO/CROP/FJN (Recife).
- Caillé, A. et Insel, A. “Quelle autre mondialisation?”, in *Revue du MAUUS: quelle autre mondialisation?* La Découverte/Mauss, No. 20, Paris.
- Caillé, Alain (2002) “Introdução”, in *Revue du MAUUS: quelle autre mondialisation?* La Découverte/Mauss, No. 20, Paris.
- Castel, Robert e Haroche, Claudine (2001) *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne* (Paris: Fayard).
- Cercle F. Partant. (2002) “Manifeste du réseau européen pour un après-développement (READ)”, in *Revue du MAUUS: quelle autre mondialisation?* La Découverte/Mauss, No. 20, Paris.
- Chavagneux, Christian (2002) “Une maîtrise politique de la mondialisation économique”, in *Revue du MAUUS: quelle autre mondialisation?* La Découverte/Mauss, No. 20, Paris.
- Derrida, J. (1967) *L'écriture et la différence* (Paris: Editions du Seuil).
- Durkheim, E. (1999) *Da divisão do trabalho social* (São Paulo: Martins Fontes).
- Hardt, M. e Negri, A. (2000) *Empire* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press).
- Laville, Jean-Louis (2002) “Economia solidária, a perspectiva européia”, in *Revista Sociedade e Estado: Dádiva e solidariedades urbanas* (organizadores: Brasilmar Nunes e Paulo Henrique Martins) (Brasília: UNB).
- Latouche, Serge (2002) “D'autres mondes sont possibles, par une autre mondialisation”, in *Revue du MAUUS: quelle autre mondialisation?* La Découverte/Mauss, No. 20, Paris.
- Martins, Paulo Henrique. (2001) “Imagens ambivalentes da globalização” in *Revista Estudos de Sociologia*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE Recife.
- Mauss, M. (1950) *Sociologie e anthropologie* (Paris: Presses Universitaires de France).
- Morin, Edgar. (2002) “Au-delà de la globalisation et du développement, société-monde ou empire-monde?”, in *Revue du MAUUS: quelle autre mondialisation?* La Découverte/Mauss, No. 20, Paris.